

PROSPECTO DE DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DAS QUOTAS DA SEGUNDA EMISSÃO DO

## **FUNDO ARTESIA SÉRIE VERDE DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES**

CNPJ/MF n.º 09.342.457/0001-59  
Código ISIN das Quotas: BRATVDCTF008

### **Administração e Distribuição**



Distribuição pública de 25.000 (vinte e cinco mil) quotas de uma única classe, nominativas e escriturais, da segunda emissão ("Quotas" e "Segunda Emissão", respectivamente) do Fundo Artesia Série Verde de Investimento em Participações ("Fundo"), totalizando:

---

**R\$ 25.000.000,00**  
**(vinte e cinco milhões de reais)**

---

O Fundo, um condomínio fechado constituído nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") n.º 391, de 16 de julho de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM n.º 391/03"), tem por objetivo preponderante obter rendimentos a seus quotistas ("Quotistas"), por meio de investimentos em valores mobiliários, tais como ações, debêntures, bônus de subscrição e/ou outros títulos e valores mobiliários conversíveis e/ou permutáveis em ações, conforme admitido na regulamentação ("Valores Mobiliários"), de emissão de companhias que (i) tenham por objeto social a industrialização, o comércio, a importação e a exportação de produtos químicos, metálicos, farmacêuticos e seus derivados, ou (ii) que tenham por objeto social a participação em companhias cujo objeto social contemple as atividades descritas no item (i) acima e, quando for o caso, de emissão de outras companhias que atendam aos requisitos descritos neste prospecto e no regulamento do Fundo ("Prospecto" e "Regulamento", respectivamente) (as companhias que sejam passíveis de investimento pelo Fundo, "Companhias Alvo").

As Quotas serão objeto de distribuição pública exclusivamente no mercado brasileiro, em mercado de balcão organizado ("Oferta"), coordenada pela Planner Corretora de Valores S.A., sociedade devidamente autorizada pela CVM para o exercício profissional de administração de carteira, por meio do Ato Declaratório n.º 3.585, de 2 de outubro de 1995, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.900, 10º andar, Itaim Bibi, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 00.806.535/0001-54, na qualidade de instituição administradora do Fundo ("Administrador"). A Segunda Emissão é composta por 25.000 (vinte e cinco mil) Quotas com preço de emissão de R\$ 1.000,00 (mil reais) cada uma, totalizando a Segunda Emissão o montante equivalente a até R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais).

O Fundo foi constituído, por ato único do Administrador, em 20 de dezembro de 2007, ao passo que a Segunda Emissão foi deliberada em Assembleia Geral de Quotistas realizada em 18 de junho de 2010, cuja ata foi registrada no 4º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, em 24 de junho de 2010, sob n.º 5115432. O Regulamento do Fundo em vigor foi registrado no 4º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, em 24 de junho de 2010, sob n.º 5115432. A Oferta foi registrada na CVM em 16 de julho de 2010, sob o n.º 904, nos termos da Instrução CVM n.º 391/03 e da Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM n.º 400/03").

Os investidores devem ler a Seção Fatores de Risco deste Prospecto. Ainda que o Administrador e o gestor da carteira de investimentos do Fundo ("Gestor" e "Carteira", respectivamente) mantenham sistema de gerenciamento de riscos da Carteira, não há garantia de completa eliminação de possibilidade de perdas para o Fundo e para o investidor. Qualquer rentabilidade obtida pelo Fundo não representa garantia de rentabilidade futura. O Fundo não conta com garantia do Administrador, do Gestor, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos – FGC.

**As informações contidas neste Prospecto estão em consonância com o Regulamento do Fundo, porém, não o substituem. É recomendada a leitura cuidadosa tanto deste Prospecto, quanto do Regulamento, com especial atenção às cláusulas do Regulamento relativas ao objetivo do Fundo, à sua política de investimento e à composição de sua Carteira, bem como às disposições deste Prospecto que tratam sobre os fatores de risco aos quais o Fundo está sujeito, conforme descrito na Seção 3 deste Prospecto.**

Todo Quotista, ao ingressar no Fundo, deverá atestar, por meio de termo de adesão ao Regulamento e ciência de risco, que recebeu exemplar deste Prospecto e do Regulamento, que tomou ciência dos objetivos do Fundo, de sua política de investimento, da composição da Carteira (inclusive quanto à possibilidade de utilização de instrumentos derivativos), da taxa de administração devida ao Administrador, dos riscos associados ao seu investimento no Fundo e da possibilidade de ocorrência de variação e perda no patrimônio líquido do Fundo, e, conseqüentemente, de perda, parcial ou total, do capital investido pelo investidor.

As Quotas do Fundo serão admitidas à negociação no Módulo de Fundos - SF, mantido e operacionalizado pela CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos ("CETIP").

O Fundo poderá operar no mercado de derivativos exclusivamente para fins de proteção patrimonial. Tais estratégias de derivativos, da forma como são adotadas, podem resultar em perdas patrimoniais para os Quotistas.

**O registro da presente distribuição não implica, por parte da CVM, garantia de veracidade das informações prestadas ou julgamento sobre a qualidade do Fundo, do Administrador ou das Quotas a serem distribuídas.**

Quaisquer outras informações ou esclarecimentos sobre o Fundo, a Oferta e este Prospecto poderão ser obtidas junto ao Administrador e à CVM.

A data deste Prospecto é 26 de julho de 2010.

## ÍNDICE

<b>1. DEFINIÇÕES</b>	6
<b>2. TERMOS E CONDIÇÕES DA OFERTA</b>	13
Características da Oferta.....	14
A Oferta.....	14
Público Alvo .....	14
Registro da Oferta .....	14
Quantidade de Quotas da Segunda Emissão.....	14
Preço de Emissão e valor total da Oferta.....	14
Procedimento de subscrição e integralização das Quotas e prazo de colocação.....	15
Cronograma de etapas da Oferta .....	15
Valor mínimo de investimento.....	17
Inadequação da Oferta .....	17
Ausência de conflito de interesses.....	17
Negociação das Quotas .....	17
Custos de distribuição pública das Quotas.....	18
Destinação dos recursos .....	18
Outras informações .....	19
Identificação dos Auditores Independentes .....	20
Declaração do Administrador .....	20
<b>3. FATORES DE RISCO</b>	21
Restrições ao resgate de Quotas e liquidez reduzida.....	22
Propriedade de Quotas vs. propriedade dos Valores Mobiliários.....	22
Liquidez reduzida dos Valores Mobiliários.....	22
Pagamento condicionado ao retorno das Companhias Investidas .....	23
Concentração da Carteira nos Valores Mobiliários e/ou Outros Ativos .....	23
Não existência de garantia de rentabilidade .....	23
Riscos provenientes do uso de derivativos .....	23
Outros riscos .....	23
<b>4. FUNDO ARTESIA SÉRIE VERDE DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES</b>	24
Forma, base legal e prazo de duração .....	25
Público alvo e valor mínimo de investimento .....	25
Administração e gestão do Fundo.....	25
Administrador.....	25
Gestor .....	26
Diretor responsável pela supervisão e acompanhamento do Fundo .....	27
Poderes do Administrador e do Gestor.....	27

Renúncia e destituição do Administrador.....	27
Prestadores de serviço do Fundo.....	28
Custodiante.....	28
Auditores Independentes.....	28
Objetivo do Fundo.....	28
Investimentos do Fundo .....	29
Formação e composição da Carteira.....	30
Período de Investimentos para a formação da Carteira .....	31
Novos aportes de recursos.....	31
Características, direitos, emissão, subscrição e integralização das Quotas .....	32
Características das Quotas e direitos patrimoniais.....	32
Patrimônio do Fundo .....	32
Valor das Quotas .....	32
Direito de voto .....	33
Condições de emissão e subscrição das Quotas .....	33
Direito de preferência para novas Emissões .....	33
Integralização das Quotas .....	34
Negociação das Quotas e direito de preferência para compra e venda .....	35
Condições de amortização e resgate das Quotas .....	35
Demonstrações financeiras e avaliação do Patrimônio Líquido.....	37
Inadimplência dos Quotistas .....	38
Liquidação do Fundo e de seus investimentos .....	39
Assembléia Geral de Quotistas .....	40
Partes Relacionadas ao Administrador e situações de conflitos de interesses.....	40
Política de divulgação de informações relativas ao Fundo.....	41
Taxa de Administração e encargos do Fundo .....	42
Taxa de Administração.....	42
Remuneração do Administrador .....	42
Remuneração do Gestor .....	43
Outros encargos .....	43
Regras de tributação do Fundo e dos Quotistas do Fundo.....	44
Tributação aplicável aos Quotistas do Fundo .....	44
IOF/Títulos.....	44
IOF/Câmbio .....	45
Imposto de Renda .....	45
Quotistas do Fundo residentes no Brasil .....	45
Quotistas 2.689.....	45
Quotistas 2.689 não residentes em Paraíso Fiscal .....	45
Quotistas 2.689 residentes em Paraíso Fiscal.....	46
CPMF.....	46

Tributação aplicável ao Fundo.....	46
IOF/Títulos .....	46
Imposto de Renda .....	46
CPMF.....	46
Atendimento aos Quotistas .....	47

---

<b>5. ANEXOS</b>	48
------------------	----

---

**Anexo I** – Demonstrações Financeiras Auditadas do Exercício Social encerrado em 31.12.2008

**Anexo II** – Demonstrações Financeiras Auditadas do Exercício Social encerrado em 31.12.2009

**Anexo III** – Informações Trimestrais relativas ao trimestre encerrado em 31.03.2010

**Anexo IV** – Cópia do Instrumento Particular de Constituição do Fundo e aprovação da Primeira Emissão

**Anexo V** – Cópia do Instrumento Particular de Alteração do Regulamento do Fundo e retificação da Primeira Emissão

**Anexo VI** – Cópia do Instrumento Particular de Segunda Alteração do Regulamento do Fundo e retificação da Primeira Emissão

**Anexo VII** – Cópia da ata da Assembléia Geral de Quotistas do Fundo que aprovou o Regulamento em vigor na data deste Prospecto e a Segunda Emissão

**Anexo VIII** – Declaração do Administrador, nos termos do artigo 56, da Instrução CVM n.º 400/03

## **1. DEFINIÇÕES**

---

## DEFINIÇÕES

Para os fins deste Prospecto, os termos e expressões contidos nesta seção, no singular ou no plural, terão o seguinte significado:

<b>Administrador</b>	Planner Corretora de Valores S.A., sociedade devidamente autorizada pela CVM para o exercício profissional de administração de carteira, por meio do Ato Declaratório n.º 3.585, de 2 de outubro de 1995, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.900, 10º andar, Itaim Bibi, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 00.806.535/0001-54.
<b>ANBID</b>	Associação Nacional dos Bancos de Investimento.
<b>Anúncio de Encerramento</b>	O anúncio de encerramento da Oferta.
<b>Anúncio de Início</b>	O anúncio de início da Oferta.
<b>Auditores Independentes</b>	Na data deste Prospecto, a empresa de auditoria contratada pelo Fundo era a Terco Grant Thornton Auditores Independentes, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, n.º 12.995, 13º, 14º e 15º andares, Brooklin Paulista, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 00.326.016/0001-99.
<b>Banco Central</b>	Banco Central do Brasil
<b>Carteira</b>	Carteira de investimentos do Fundo, formada por Valores Mobiliários e Outros Ativos, de acordo com os critérios de diversificação e composição estabelecidos no Regulamento.
<b>CETIP</b>	Balcão Organizado de Ativos e Derivativos.
<b>Chamadas de Capital</b>	Hipóteses em que os Quotistas do Fundo serão chamados a aportar recursos no Fundo, mediante a integralização parcial ou total das Quotas que tenham sido subscritas por cada um dos Quotistas nos termos dos Compromissos de Investimento celebrados com o Fundo. As Chamadas de Capital serão realizadas pelo Administrador, por solicitação e mediante informações fornecidas pelo Gestor, na medida em que o Gestor: (i) identifique necessidade de investimento em

Companhias Alvo e/ou nas Companhias Investidas; ou (ii) identifique necessidade de recebimento de aportes adicionais de recursos para pagamento de despesas e encargos.

**Código Civil Brasileiro**

Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada.

**Companhias Alvo**

As companhias que atendam aos requisitos descritos no Regulamento, de forma que sejam passíveis de investimento pelo Fundo.

**Companhias Investidas**

Quaisquer Companhias Alvo cujos Valores Mobiliários venham a integrar a Carteira.

**Companhia Fechada**

Companhia Alvo sem registro de companhia aberta perante a CVM.

**Compromisso de Investimento**

Instrumento Particular de Compromisso de Investimento para Subscrição e Integralização de Quotas, que será assinado por cada investidor na data de subscrição de suas Quotas, por meio do qual se comprometerá, de forma irrevogável e irretratável, a integralizar determinada quantidade de Quotas por ele subscritas, tornando-se, uma vez assinado, parte integrante do Regulamento.

**CPMF**

Contribuição Provisória sobre Movimentações Financeiras, extinta a partir de 1º de janeiro de 2008.

**Custodiante**

O Banco Santander Brasil S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Juscelino Kubitschek, 2235, Vila Olímpia, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 90.400.888/0001-42.

**CVM**

Comissão de Valores Mobiliários.

**Data de Encerramento para Subscrição**

180 (cento e oitenta) dias contados da data de registro de cada Emissão na CVM.

**Data de Vencimento das Quotas**

Data da liquidação do Fundo.

**Emissão**

Cada emissão de quotas do Fundo.

**FIP**

Fundos de investimento em participações.



<b>Fundo</b>	Fundo Artesia Série Verde de Investimento em Participações.
<b>Gestor</b>	Na data deste Prospecto, a Artesia Gestão de Recursos S.A., sociedade devidamente autorizada pela CVM para o exercício profissional de administração de carteira, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, n.º 12.551, 15º andar, conjunto 1.507, Brooklin Novo, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 05.597.017/0001-91.
<b>Instrução CVM n.º 391/03</b>	Instrução da CVM n.º 391, de 16 de julho de 2003, conforme alterada.
<b>Instrução CVM n.º 400/03</b>	Instrução da CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada.
<b>Instrução CVM n.º 409/04</b>	Instrução da CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada.
<b>IOF</b>	Imposto sobre Operações Financeiras.
<b>Novas Quotas</b>	Novas quotas que venham a ser emitidas pelo Fundo, além das Quotas da Primeira e Segunda Emissões.
<b>Oferta</b>	Distribuição pública da Segunda Emissão de Quotas do Fundo.
<b>Outros Ativos</b>	Além dos Valores Mobiliários, outros ativos que podem ser objeto de aquisição pelo Fundo, quais sejam, certificados de depósito de emissão de instituições financeiras com baixo risco de crédito e títulos públicos federais, no limite de até 5% (cinco por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo, desde que tais recursos estejam diretamente vinculados aos pagamentos de despesas e outros encargos programados do Fundo, nos termos da regulamentação aplicável e do Regulamento.
<b>Paraíso Fiscal</b>	País ou jurisdição que não tribute a renda ou capital, ou que a tribute à alíquota máxima inferior a 20% (vinte por cento) ou, ainda, cuja legislação interna oponha sigilo relativo à composição societária de pessoas jurídicas ou à sua titularidade.
<b>Partes Relacionadas ao Administrador</b>	São quaisquer das seguintes pessoas relacionadas ao Administrador: (i) qualquer pessoa física ou jurídica em que o Administrador ou o Gestor

detenha participação que represente 10% (dez por cento) ou mais, direta ou indiretamente, do capital social; (ii) qualquer pessoa física ou jurídica que detenha participação que represente 10% (dez por cento) ou mais, direta ou indiretamente, do capital social do Administrador ou do Gestor; (iii) qualquer pessoa jurídica em que as pessoas mencionadas no inciso (ii) acima detenham participação societária equivalente ou superior a 10% (dez por cento), direta ou indiretamente; e (iv) quaisquer pessoas jurídicas de cujo capital as pessoas mencionadas nos itens (i) a (iii) acima participem com participação equivalente ou superior a 10% (dez por cento), direta ou indiretamente.

**Patrimônio**

O patrimônio do Fundo, formado por Quotas de uma única classe.

**Patrimônio Líquido**

A soma algébrica do disponível com o valor da Carteira, mais os valores a receber, menos as exigibilidades, nos termos da Instrução da CVM n.º 438, de 12 de julho de 2006, conforme alterada.

**Período de Desinvestimento**

Período que se iniciará no 1º (primeiro) dia útil seguinte ao término do Período de Investimentos e se estenderá até a data de liquidação do Fundo, no qual o Gestor interromperá todo e qualquer investimento do Fundo em Companhias Alvo e/ou nas Companhias Investidas e dará início a um processo de desinvestimento total do Fundo, mediante estudos, análises e estratégias de desinvestimento que, conforme a conveniência e oportunidade, e sempre no melhor interesse do Fundo, propiciem aos Quotistas o melhor retorno possível, devendo tal processo ser aprovado, previamente à respectiva execução, pela Assembléia Geral de Quotistas.

**Período de Investimento**

Período de investimento do Fundo em Valores Mobiliários que se iniciará na Data de Encerramento para Subscrição da Primeira Emissão e se estenderá por até 5 (cinco) anos.

**Preço de Emissão**

O preço unitário de emissão das Quotas da Segunda Emissão do Fundo, correspondente a R\$ 1.000,00 (mil reais).

**Primeira Emissão**

A primeira emissão de Quotas do Fundo.

**Prospecto**

Este prospecto do Fundo Artesia Série Verde de Investimento em

Participações.

**Quotas**

Quotas de uma única classe, nominativas e escriturais, de emissão do Fundo, incluindo as Quotas da Primeira e da Segunda Emissões, bem como Novas Quotas.

**Quotista Inadimplente**

Quotista que deixe de cumprir, total ou parcialmente, sua obrigação de aportar recursos no Fundo, mediante integralização de Quotas por ele subscritas, conforme estabelecido no respectivo Compromisso de Investimento.

**Quotistas**

Investidores que venham a adquirir Quotas de emissão do Fundo.

**Quotistas 2.689**

Os quotistas do Fundo residentes e domiciliados no exterior, que ingressarem recursos no Brasil por intermédio dos mecanismos previstos na Resolução n.º 2.689.

**Regulamento**

O regulamento do Fundo, anexo a este Prospecto.

**Remuneração do Administrador**

A remuneração do Administrador, no exercício da atividade de administração do Fundo.

**Remuneração do Gestor**

A remuneração do Gestor, no exercício da atividade de administração da Carteira.

**Resolução n.º 2.689**

Resolução do Conselho Monetário Nacional n.º 2.689, de 26 de janeiro de 2000, conforme alterada

**RTD**

4º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

**Segunda Emissão**

A segunda emissão de Quotas do Fundo, composta por 25.000 (vinte e cinco mil) Quotas, totalizando o montante equivalente a até R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais).

**Taxa de Administração**

Taxa de administração devida pela administração e gestão do Fundo, que contemplará a Remuneração do Administrador e a Remuneração do Gestor, a ser calculada e paga nos termos do Regulamento.

**Termo de Adesão**

Termo de adesão ao Regulamento e ciência de risco a ser assinado pelo

Quotista no ato de subscrição de Quotas do Fundo.

**Valores Mobiliários**

Ações, debêntures, bônus de subscrição e/ou outros títulos e valores mobiliários conversíveis e/ou permutáveis em ações, conforme admitido na regulamentação, emitidos pelas Companhias Alvo e/ou Companhias Investidas.

Outros termos e expressões contidos neste Prospecto, que não tenham sido definidos nesta seção, terão o significado que lhes for atribuído neste Prospecto, bem como no Regulamento.

## **2. TERMOS E CONDIÇÕES DA OFERTA**

## **TERMOS E CONDIÇÕES DA OFERTA**

### **2.1. Características da Oferta**

#### *2.1.1. A Oferta*

As Quotas da Segunda Emissão serão objeto de distribuição pública exclusivamente no mercado brasileiro, em mercado de balcão organizado. A Oferta será conduzida exclusivamente pelo Administrador, na qualidade de instituição integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, legalmente habilitada a executar o serviço de distribuição das Quotas. Para maiores informações a respeito do Administrador, veja o subitem 4.3.1. deste Prospecto.

#### *2.1.2. Público alvo*

A Oferta será destinada exclusivamente a investidores qualificados, conforme definidos pelo artigo 109 da Instrução CVM n.º 409/04.

#### *2.1.3. Registro da Oferta*

A Oferta foi registrada na CVM nos termos da Instrução CVM n.º 391/03 e da Instrução CVM n.º 400/03.

#### *2.1.4. Quantidade de Quotas da Segunda Emissão*

A Segunda Emissão será formada por até 25.000 (vinte e cinco mil) Quotas, todas correspondentes a frações ideais do Patrimônio Líquido, sendo que, observado o valor mínimo de investimento indicado no item 2.1.8 abaixo, não existirá quantidade mínima de Quotas a serem subscritas no âmbito da Segunda Emissão.

#### *2.1.5. Preço de Emissão e valor total da Oferta*

O Preço de Emissão das Quotas da Segunda Emissão foi fixado em R\$ 1.000,00 (mil reais) por Quota, totalizando a Segunda Emissão o montante de até R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais).

Não será concedido qualquer tipo de desconto aos investidores interessados em adquirir Quotas da Segunda Emissão durante o prazo de colocação.

#### *2.1.6. Procedimento de subscrição e integralização das Quotas e prazo de colocação*

No ato de subscrição das Quotas da Segunda Emissão, o subscritor: (i) assinará o boletim individual de subscrição, que será autenticado pelo Administrador; (ii) se comprometerá, de forma irrevogável e irretratável, a integralizar determinada quantidade de Quotas por ele subscritas, nos termos do Compromisso de Investimento,

o qual, uma vez assinado, passará a fazer parte integrante do Regulamento; e (iii) receberá exemplar atualizado do Regulamento e deste Prospecto, quando deverá declarar, por meio da assinatura de Termo de Adesão, que está ciente das disposições contidas no Compromisso de Investimento, no Regulamento e neste Prospecto, nos termos da regulamentação aplicável.

As Quotas deverão ser totalmente subscritas dentro do prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias contados da data de registro de cada Emissão na CVM, nos termos da regulamentação aplicável. As Quotas que não forem subscritas até a Data de Encerramento para Subscrição da Segunda Emissão serão canceladas pelo Administrador.

A integralização das Quotas deverá ser realizada no prazo máximo de 50 (cinquenta) meses contados da data de registro da Segunda Emissão na CVM, nos termos da regulamentação aplicável.

As Quotas do Fundo serão integralizadas pelo Preço de Emissão, conforme Chamada de Capital que venha a ser realizada pelo Administrador, mediante pedido do Gestor, aos Quotistas, com cópia ao Gestor. Observado o prazo para integralização das Quotas indicado no parágrafo acima, na medida em que o Gestor (i) identifique necessidade de investimento em Companhias Alvo e/ou nas Companhias Investidas, ou (ii) identifique necessidade de recebimento de aportes adicionais de recursos para pagamento de despesas e encargos, o Gestor solicitará ao Administrador que comunique os Quotistas de tal necessidade e envie aos Quotistas Chamadas de Capital, para integralização parcial ou total das Quotas que tenham sido subscritas por cada um dos Quotistas nos termos dos Compromissos de Investimento celebrados com o Fundo.

O pagamento do Preço de Emissão deverá ser realizado: (i) em moeda corrente nacional, por meio de ordem de pagamento, débito em conta corrente, documento de ordem de crédito, ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central do Brasil, inclusive por meio de operação específica lançada no módulo de distribuição de ativos – MDA, administrado e operacionalizado pela CETIP; ou (ii) mediante a entrega de Valores Mobiliários de emissão de Companhias Alvo, os quais serão avaliados pelo respectivo custo de aquisição, nos termos do Regulamento.

#### *2.1.7. Cronograma de etapas da Oferta*

<b>Início da Oferta</b>	A Oferta, devidamente registrada perante a CVM, terá início após a publicação do Anúncio de Início no "Monitor Mercantil", jornal utilizado para veicular as informações relativas ao Fundo.
<b>Prazo de Colocação</b>	As Quotas deverão ser totalmente subscritas dentro do prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias contados da data de registro da Segunda Emissão na CVM, nos termos da regulamentação aplicável.
<b>Forma de</b>	Todas as informações relacionadas à Oferta que não estejam contempladas no

<b>divulgação de informações relacionadas à Oferta</b>	Regulamento, neste Prospecto e no Anúncio de Início e demais documentos relativos ao Fundo serão publicadas no “Monitor Mercantil”, jornal utilizado para realizar as publicações relativas ao Fundo.
<b>Manifestação de aceitação da Oferta pelos investidores</b>	Iniciada a Oferta, os investidores interessados em adquirir Quotas no âmbito da Oferta poderão manifestar a sua intenção de adquirir Quotas no âmbito da Oferta junto ao Administrador, a qualquer momento a partir do primeiro dia útil do prazo de colocação, por meio da assinatura dos respectivos boletins de subscrição.
<b>Distribuição junto ao público</b>	As Quotas serão colocadas exclusivamente junto a investidores qualificados, conforme definidos no artigo 109 da Instrução CVM n.º 409/04.
<b>Subscrição e Integralização de Quotas</b>	No ato de subscrição das Quotas, o subscritor (i) assinará o boletim individual de subscrição, que será autenticado pelo Administrador, (ii) se comprometerá, de forma irrevogável e irretratável, a integralizar determinada quantidade de Quotas por ele subscritas, nos termos do Compromisso de Investimento, o qual, uma vez assinado, passará a fazer parte integrante do Regulamento e (iii) receberá exemplar atualizado do Regulamento e deste Prospecto, quando deverá declarar, por meio da assinatura do Termo de Adesão, que está ciente das disposições contidas no Compromisso de Investimento, no Regulamento e neste Prospecto, nos termos da regulamentação aplicável. A integralização das Quotas deverá ser realizada no prazo máximo de 50 (cinquenta) meses contados da data de registro da Segunda Emissão na CVM. O pagamento do Preço de Emissão poderá ser realizado: (i) em moeda corrente nacional, por meio de ordem de pagamento, débito em conta corrente, documento de ordem de crédito, ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central do Brasil, inclusive por meio de operação específica lançada no módulo de distribuição de ativos – MDA, administrado e operacionalizado pela CETIP; ou (ii) mediante a entrega de Valores Mobiliários de emissão de Companhias Alvo, os quais serão avaliados pelo respectivo custo de aquisição, nos termos do Regulamento.
<b>Suspensão ou Cancelamento da Oferta</b>	O Administrador divulgará aos investidores, imediatamente, no “Monitor Mercantil”, notícia sobre eventual suspensão ou cancelamento da Oferta, facultando aos investidores que já tenham aceitado a Oferta, na hipótese de suspensão da Oferta, a possibilidade de revogar a aceitação até o 5º (quinto) dia útil posterior ao recebimento da respectiva comunicação.
<b>Modificação ou Revogação da Oferta</b>	O Administrador divulgará aos investidores, imediatamente, no “Monitor Mercantil”, notícia sobre eventual modificação ou revogação da Oferta. Tendo sido deferida a modificação, a CVM poderá, por sua própria iniciativa ou a requerimento do Administrador, prorrogar o prazo da Oferta por até 90 (noventa) dias, observado que, na hipótese de modificação da Oferta, os



	investidores que já tiverem aderido à Oferta deverão confirmar, no prazo de 5 (cinco) dias úteis o recebimento da comunicação mencionada acima, o interesse em manter a declaração de aceitação da Oferta, presumida a manutenção no caso de silêncio.
<b>Divulgação do Resultado da Oferta</b>	O resultado da Oferta será divulgado ao término da Oferta, que deverá ocorrer na data em que a totalidade das Quotas da Segunda Emissão tiver sido subscrita ou na Data de Encerramento para Subscrição da Segunda Emissão, o que ocorrer primeiro, por meio da publicação de Anúncio de Encerramento no "Monitor Mercantil".

#### *2.1.8. Valor mínimo de investimento*

A aplicação inicial de cada Quotista no Fundo deverá ser equivalente ao montante de, no mínimo, R\$ 100.000,00 (cem mil reais). Sem prejuízo do disposto neste item, não existe valor mínimo de aplicação para manutenção de investimentos no Fundo, após a aplicação inicial de cada Quotista.

#### *2.1.9. Inadequação da Oferta*

As Quotas objeto da Oferta não são destinadas a investidores que necessitem de ampla liquidez em seus títulos, uma vez que o mercado secundário brasileiro para negociação de quotas de FIP é restrito, tampouco sendo destinadas a investidores não qualificados.

#### *2.1.10. Ausência de conflito de interesses*

O Administrador, o Gestor e o Custodiante declaram que não se encontram em conflito de interesses no exercício de suas funções, tendo independência no exercício das atividades de administração, gestão e custódia do Fundo, nos exatos termos da legislação e regulamentação aplicável.

### **2.2. Negociação das Quotas**

As Quotas serão admitidas à negociação no Módulo de Fundos – SF, administrado e operacionalizado pela CETIP. No caso de operações de aquisição de Quotas nesses mercados, caberá ao intermediário assegurar a condição de investidor qualificado do adquirente de Quotas. Em se tratando de negociação privada, o Administrador será responsável por comprovar a qualificação do investidor que estiver adquirindo Quotas do Fundo, de forma a cumprir com o disposto no Regulamento.

Considerando tratar-se de um produto novo e que o mercado secundário existente no Brasil para negociação de quotas de FIP apresenta baixa liquidez, os Quotistas do Fundo poderão ter dificuldade em realizar a venda das suas Quotas e/ou poderão obter preços reduzidos na venda de suas Quotas. Historicamente, as Quotas tiveram

um volume de negociações baixo demais para que existam dados suficientes em relação à cotação das Quotas em mercado secundário.

### 2.3. Custos de distribuição pública das Quotas

Além dos custos relativos ao pagamento da taxa de registro dos documentos referentes à oferta, em RTD, e da Oferta, perante a CVM, bem como aqueles relacionados às publicações relativas à Oferta, o Administrador não incorreu em outros custos relacionados à distribuição pública das Quotas. Tendo em vista que o Administrador, na qualidade de sociedade integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, será o único responsável pela distribuição pública das Quotas da Segunda Emissão junto ao público investidor, não serão devidas pelo Fundo quaisquer comissões referentes à colocação pública das Quotas da Segunda Emissão.

<b>Custo da Distribuição</b>	<b>Montante (R\$)</b>	<b>% em relação ao valor total da Oferta</b>
Despesas com RTD	178,95	0,0007
Taxa de Registro na CVM*	82.870,00	0,3315
Publicações**	10.000,00	0,0400
Total	93.048,95	0,3722
*Valor máximo por registro		
**Estimativa		
<b>Custo Unitário de Distribuição</b>		
<b>Preço por Quota (R\$)*</b>	<b>Custo por Quota (R\$)</b>	
1.000,00	3,72	
* com base no Preço de Emissão		
<b>Montante Total da Oferta (R\$)</b>	<b>Custo Máximo da Distribuição (R\$)</b>	
25.000.000,00	93.048,95	

Adicionalmente, os custos relativos aos serviços prestados pelo Custodiante e pelos Auditores Independentes somente serão incorridos pelo Fundo com relação às atividades desenvolvidas pelo mesmo, de forma que tais custos não estão diretamente relacionados com a colocação pública das Quotas.

### 2.4. Destinação dos recursos

Os recursos provenientes da Segunda Emissão serão primordialmente destinados pelo Fundo ao pagamento das obrigações, despesas e encargos do Fundo, e, qualquer valor remanescente, posteriormente, mediante aprovação dos Quotistas reunidos em assembléia, poderá ser utilizado na aquisição de novos valores mobiliários, tais como ações, debêntures, bônus de subscrição e/ou outros títulos e valores mobiliários conversíveis e/ou permutáveis em ações, conforme admitido na regulamentação aplicável aos FIPs, de emissão de companhias que (i) tenham por objeto social a industrialização, o comércio, a importação e a exportação de produtos químicos, metálicos, farmacêuticos e seus derivados, ou (ii) que tenham por objeto social a participação em companhias cujo objeto social contemple as atividades descritas no item (i) acima e, quando for

o caso, de emissão de outras companhias que atendam aos requisitos descritos no Regulamento e neste Prospecto, conforme venha a ser aprovado pela Assembléia Geral de Quotistas.

## **2.5. Outras informações**

Para maiores esclarecimentos a respeito da Oferta, do Fundo e deste Prospecto, bem como para obtenção de cópias do Regulamento, deste Prospecto, dos demonstrativos financeiros e dos relatórios de administração do Fundo, os interessados deverão dirigir-se à CVM, à CETIP e/ou à sede do Administrador, ou acessar as respectivas páginas mantidas por cada um na rede mundial de computadores (*websites*), conforme indicados abaixo.

Administrador:

### **Planner Corretora de Valores S.A.**

At.: Artur Martins de Figueiredo

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.900, 10º andar, Itaim Bibi

São Paulo - SP

Tel.: (11) 2172-2600

Fax.: (11) 3078-7264

Correio Eletrônico: [afigueiredo@plannercorretora.com.br](mailto:afigueiredo@plannercorretora.com.br)

*Website:* [www.planner.com.br](http://www.planner.com.br)

### **Comissão de Valores Mobiliários – CVM**

Rua Sete de Setembro, n.º 111, 5º andar

Rio de Janeiro – RJ

Rua Cincinato Braga, n.º 340, 2º ao 4º andares

São Paulo – SP

*Website:* [www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)

### **CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos**

Avenida República do Chile, n.º 230, 11º andar, Centro

Rio de Janeiro – RJ

Rua Líbero Badaró, n.º 425, 24º andar, Centro

São Paulo – SP

*Website:* [www.cetip.com.br](http://www.cetip.com.br)

## **2.5. Identificação dos Auditores Independentes**

Os auditores responsáveis pela auditoria e revisão das demonstrações financeiras do Fundo podem ser contatados no seguinte endereço:

**Terco Grant Thornton Auditores Independentes**

Avenida das Nações Unidas, n.º 12.995, 13º, 14º e 15º andares, Brooklin Paulista

São Paulo – SP

Tel.: (11) 3054-0000

Fax: (11) 3054-0077

*Website:* [www.tercogt.com.br](http://www.tercogt.com.br)

**2.6. Declaração do Administrador**

Nos termos do artigo 56 da Instrução CVM n.º 400/03, o Administrador, na qualidade de instituição responsável pela colocação pública das Quotas da Segunda Emissão, declara que: (i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro do Fundo e fornecidas ao mercado durante o período de realização da Oferta; e (ii) este Prospecto contém as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da Oferta, das Quotas, do Fundo e da política de investimento do Fundo, além dos riscos inerentes ao investimento no Fundo pelos investidores, e suficientes à tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta, tendo sido elaborado de acordo com as normas pertinentes, conforme declaração anexa a este Prospecto, assinada pelos Srs. Artur Martins de Figueiredo e Marcus Eduardo De Rosa, na qualidade de diretor e procurador, respectivamente, do Administrador.

### **3. FATORES DE RISCO**

---

## FATORES DE RISCO

*Antes de tomar uma decisão de investimento no Fundo, os potenciais investidores devem, considerando sua própria situação financeira, seus objetivos de investimento e o seu perfil de risco, avaliar cuidadosamente todas as informações disponíveis neste Prospecto e no Regulamento, inclusive, mas não se limitando, àquelas relativas ao objetivo, política de investimento e composição da Carteira e aos fatores de risco descritos a seguir.*

*As aplicações realizadas no Fundo e pelo Fundo não contam com garantia do Administrador, do Gestor, de qualquer mecanismo de seguro ou do Fundo Garantidor de Créditos – FGC, podendo ocorrer, inclusive, perda total do patrimônio do Fundo e, conseqüentemente, do capital investido pelos Quotistas.*

### **3.1. Restrições ao resgate de Quotas e liquidez reduzida**

O Fundo, constituído sob a forma de condomínio fechado, somente admite o resgate de suas Quotas na data de liquidação do Fundo. As amortizações parciais e/ou total das Quotas serão promovidas pelo Administrador, a qualquer momento durante o prazo de duração do Fundo, inclusive durante o Período de Investimento, mediante solicitação prévia e por escrito do Gestor, na medida em que o valor de ganhos e rendimentos do Fundo, em função de seus investimentos nos Valores Mobiliários e Outros Ativos, seja suficiente para o pagamento do valor de todas as exigibilidades e provisões do Fundo.

Caso os Quotistas queiram se desfazer dos seus investimentos no Fundo, será necessária a venda das suas Quotas no mercado secundário, devendo ser observado, para tanto, os termos e condições dos Compromissos de Investimento referentes à integralização de suas Quotas e o disposto no Regulamento. Ainda, considerando tratar-se de um produto novo e que o mercado secundário existente no Brasil para negociação de quotas de FIP apresenta baixa liquidez, os Quotistas do Fundo poderão ter dificuldade em realizar a venda das suas Quotas e/ou poderão obter preços reduzidos na venda de suas Quotas.

### **3.2. Propriedade de Quotas vs. propriedade dos Valores Mobiliários**

Apesar da Carteira ser constituída, predominantemente, pelos Valores Mobiliários, a propriedade das Quotas não confere aos Quotistas propriedade direta sobre os Valores Mobiliários. Os direitos dos Quotistas são exercidos sobre todos os ativos da Carteira de modo não individualizado, proporcionalmente ao número de Quotas possuídas.

### **3.3. Liquidez reduzida dos Valores Mobiliários**

Caso o Fundo precise se desfazer de parte ou da totalidade dos Valores Mobiliários antes do planejado, há o risco de não haver comprador para tais Valores Mobiliários e/ou o preço de negociação obtido poderá ser bastante reduzido devido à baixa liquidez no mercado, causando perda de patrimônio do Fundo e, conseqüentemente, do capital investido pelos Quotistas.

### **3.4. Pagamento condicionado ao retorno das Companhias Investidas**

Os recursos gerados pelo Fundo serão provenientes dos dividendos, juros sobre capital próprio, bonificações e quaisquer outras remunerações que sejam atribuídas aos Valores Mobiliários e ao retorno do investimento nas Companhias Investidas. A capacidade do Fundo de amortizar as Quotas está condicionada ao recebimento pelo Fundo dos recursos acima citados.

### **3.5. Concentração da Carteira nos Valores Mobiliários e/ou Outros Ativos**

O Fundo poderá adquirir Valores Mobiliários de emissão de uma única Companhia Investida e Outros Ativos de emissão de um único emissor, sendo que, além do disposto nas Cláusulas Três e Quatro do Regulamento, não existirão quaisquer outros critérios de concentração e/ou diversificação para os Valores Mobiliários e para os Outros Ativos que poderão compor a Carteira, o que implicará em risco de concentração dos investimentos do Fundo em Valores Mobiliários e/ou Outros Ativos de um único emissor e de pouca liquidez, o que poderá, eventualmente, acarretar em perdas patrimoniais ao Fundo e aos Quotistas, tendo em vista, principalmente, que os resultados do Fundo poderão depender integralmente dos resultados atingidos por uma única Companhia Investida cujos Valores Mobiliários venham a integrar a Carteira, bem como dos setores econômicos de atuação das Companhias Investidas.

### **3.6. Não existência de garantia de rentabilidade**

A verificação de rentabilidade passada em qualquer fundo de investimento em participações no mercado ou no próprio Fundo não representa garantia de rentabilidade futura. Adicionalmente, a aplicação dos recursos do Fundo em projetos que possuem riscos relacionados à capacidade de geração de receitas e pagamento de suas obrigações não permite, portanto, determinar qualquer parâmetro de rentabilidade seguro para as Quotas.

### **3.7. Riscos provenientes do uso de derivativos**

O Fundo poderá operar no mercado de derivativos exclusivamente para fins de proteção patrimonial. A contratação pelo Fundo de modalidades de operações de derivativos poderá acarretar variações no valor de seu patrimônio líquido superiores àquelas que ocorreriam se tais estratégias não fossem utilizadas. Tal situação poderá, ainda, implicar em perdas patrimoniais ao Fundo e aos Quotistas.

### **3.8. Outros riscos**

As aplicações realizadas no Fundo não contam com garantia do Administrador, do Gestor, de qualquer mecanismo de seguro ou do Fundo Garantidor de Créditos – FGC.

#### **4. FUNDO ARTESIA SÉRIE VERDE DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES**



## **FUNDO ARTESIA SÉRIE VERDE DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES**

*Os termos utilizados nesta seção deste Prospecto terão o mesmo significado que lhes é atribuído no Regulamento e na seção "Definições" deste Prospecto. Esta seção traz um breve resumo dos capítulos do Regulamento, sendo que a sua leitura não substitui a leitura do Regulamento.*

### **4.1. Forma, base legal e prazo de duração**

O Fundo Artesia Série Verde de Investimento em Participações, constituído sob a forma de condomínio fechado, é regulado pela CVM e tem como base legal a Instrução CVM n.º 391/03, estando adicionalmente sujeito aos termos e condições previstos em seu Regulamento.

O Fundo tem prazo de duração de 6 (seis) anos contados da Data de Encerramento para Subscrição da Primeira Emissão, prorrogáveis por períodos adicionais e sucessivos de até 3 (três) anos cada, mediante deliberação da Assembléia Geral de Quotistas, observado o quorum de deliberação estabelecido no Regulamento.

### **4.2. Público alvo e valor mínimo de investimento**

O Fundo é destinado exclusivamente a investidores qualificados, nos termos do artigo 109 da Instrução CVM n.º 409/04.

O valor mínimo de aplicação inicial no Fundo de cada investidor interessado em adquirir Quotas do Fundo é de R\$ 100.000,00 (cem mil reais). Sem prejuízo do disposto neste item, não existe valor mínimo de aplicação para manutenção de investimentos no Fundo, após a aplicação inicial de cada Quotista.

### **4.3. Administração e gestão do Fundo**

#### *4.3.1. Administrador*

O Fundo é administrado pela Planner Corretora de Valores S.A., sociedade devidamente autorizada pela CVM para o exercício profissional de administração de carteira, por meio do Ato Declaratório n.º 3.585, de 2 de outubro de 1995, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.900, 10º andar, Itaim Bibi, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 00.806.535/0001-54.

A Planner Corretora de Valores S.A. atua como administradora de recursos no mercado de capitais brasileiro desde 1995 e administra aproximadamente R\$1.765.807.085,12 em investimentos no mercado financeiro e de capitais. A gestão de recursos é a principal atividade do Administrador, que conta com profissionais experientes em sua área de atuação, sendo reconhecido no mercado pela administração e gestão de FIPs. O Administrador administra, atualmente, 21 (vinte e um) fundos de investimento, sendo 12 (doze) FIPs.

#### *4.3.2. Gestor*

O Administrador contratou a Artesia Gestão de Recursos S.A., sociedade devidamente autorizada pela CVM, por meio do Ato Declaratório n.º 8.014, de 28 de outubro de 2004, para o exercício profissional de administração de carteira, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, n.º 12.551, 15º andar, conjunto 1.507, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 05.597.017/0001-91, para realizar a gestão da Carteira.

O Gestor atua como administrador de recursos no mercado de capitais brasileiro desde 2004 e, atualmente, é gestor de aproximadamente R\$119.187.264,09 em investimentos, incluindo 2 (dois) outros FIPs sob sua gestão. O Gestor conta com um time experiente de profissionais responsáveis por gerir o patrimônio tanto de clientes institucionais, quanto de pessoas físicas, que buscam rentabilidade e solidez para suas aplicações.

#### *4.3.3. Diretor responsável pela supervisão e acompanhamento do Fundo*

O diretor do Administrador, responsável civil e criminalmente pela supervisão e acompanhamento do Fundo, bem como pela prestação de informações a ele relativas, nos termos da regulamentação em vigor, é o Sr. Carlos Arnaldo Borges de Souza, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade R.G. n.º 13.931.434-9 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob n.º 006.031.278-51.

#### *4.3.4. Poderes do Administrador e do Gestor*

Observada a regulamentação em vigor e os dispositivos do Regulamento, o Administrador, na qualidade de representante do Fundo, tem poderes para praticar todos e quaisquer atos necessários à administração do Fundo. O Gestor tem poderes para praticar todos e quaisquer atos necessários à gestão da Carteira e para exercer os direitos inerentes à Carteira, inclusive o de ação e o de comparecer e votar em assembléias gerais, de qualquer natureza, dos emissores dos Valores Mobiliários integrantes da Carteira.

#### *4.3.5. Renúncia e destituição do Administrador*

O Administrador ou o Gestor poderão renunciar à administração e gestão do Fundo, mediante notificação por escrito endereçada a cada Quotista e à CVM, com antecedência de, no mínimo, 60 (sessenta) dias. Nessa hipótese, o Administrador deverá convocar Assembléia Geral de Quotistas para deliberar sobre a sua substituição ou sobre a substituição do Gestor (observado o quorum de deliberação disposto no Regulamento), a ser realizada no prazo de até 10 (dez) dias, contados da data de encaminhamento da notificação ora referida. Na hipótese de renúncia do Administrador ou do Gestor, o Administrador continuará obrigado a prestar os serviços de administração e/ou gestão do Fundo, conforme o caso, até que outra instituição venha a lhe substituir ou venha a substituir o Gestor, devendo receber, para tanto, a Taxa de Administração.

Além da hipótese de renúncia descrita acima, o Administrador poderá ser destituído de suas funções na hipótese

de descredenciamento por parte da CVM e/ou por vontade exclusiva dos Quotistas do Fundo, reunidos em Assembléia Geral de Quotistas, observado o quorum de deliberação previsto no Regulamento. No caso de descredenciamento, a CVM poderá indicar um administrador temporário até a eleição de nova administração.

#### **4.4. Prestadores de Serviço do Fundo**

##### *4.4.1. Custodiante*

A custódia dos Valores Mobiliários e Outros Ativos integrantes da Carteira e a escrituração das Quotas é realizada por instituição devidamente qualificada a prestar serviços de custódia e escrituração, o Banco Santander Brasil S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Juscelino Kubitschek, 2235, Vila Olímpia, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 90.400.888/0001-42.

O Custodiante, pertencente ao Grupo Santander, possui R\$155.020,9 milhões de recursos sob custódia, sendo R\$121.871,8 milhões sob gestão própria e R\$33.042,2 milhões sob gestão de terceiros; aproximadamente 10,2 milhões de clientes; 3593 pontos de venda e operações em 19 países, incluindo os principais centros financeiros do mundo. Ocupa a 7ª posição no *ranking* de maiores custodiantes de recursos do Brasil (dados ANBID: maio/2010).

O Grupo Santander, no qual o Custodiante está inserido, é o 3º maior grupo financeiro privado e o maior estrangeiro em atividade no Brasil, com ativos totais de R\$315.973 milhões e aproximadamente 90 milhões de cliente. O Grupo Santander possui no mundo EUR650 bilhões em recursos sob custódia, destacando-se como custodiante na Espanha e em toda a América Latina.

##### *4.4.2. Auditor Independente*

A empresa de auditoria contratada pelo Fundo é a Terco Grant Thornton Auditores Independentes, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, n.º 12.995, 13º, 14º e 15º andares, Brooklin Paulista, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 00.326.016/0001-99, ou seu sucessor no exercício dessas funções, responsável pela revisão das demonstrações financeiras e das contas do Fundo e pela análise de sua situação, bem como da atuação do Administrador.

#### **4.5. Objetivo do Fundo**

O objetivo preponderante do Fundo é obter rendimentos para seus Quotistas, por meio de investimentos em valores mobiliários, tais como ações, debêntures, bônus de subscrição e/ou outros títulos e valores mobiliários conversíveis e/ou permutáveis em ações, conforme admitido na regulamentação, de emissão de companhias que (i) tenham por objeto social a industrialização, o comércio, a importação e a exportação de produtos químicos, metálicos, farmacêuticos e seus derivados, ou (ii) que tenham por objeto social a participação em companhias cujo objeto social contemple as atividades descritas no item (i) acima e, quando for o caso, de

emissão de outras companhias que atendam aos requisitos descritos no Regulamento e neste Prospecto.

#### **4.6. Investimentos do Fundo**

Os investimentos do Fundo nos Valores Mobiliários serão propostos pelo Gestor, e desde que previamente aprovados pelos Quotistas reunidos em Assembléia Geral, serão realizados mediante estrita observância dos termos e condições estabelecidos no Regulamento, podendo ser realizados por meio de negociações privadas e/ou negociações realizadas em bolsa de valores ou mercado de balcão. Os investimentos do Fundo em Outros Ativos, desde que aprovados previamente pelos Quotistas do Fundo reunidos em Assembléia Geral, serão realizados por meio de negociações realizadas em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado ou sistema de registro autorizado a funcionar pelo Banco Central do Brasil e/ou pela CVM.

Caso o Fundo deseje investir em Companhias Fechadas, estas somente poderão receber investimentos do Fundo se atenderem, cumulativamente, aos seguintes requisitos:

- (i) o respectivo estatuto social deverá conter disposições que proíbam a emissão de partes beneficiárias pela Companhia Fechada, sendo que, à época da realização de investimento pelo Fundo, não poderão existir quaisquer partes beneficiárias de emissão da Companhia Fechada em circulação;
- (ii) os membros do conselho de administração da Companhia Fechada deverão ter mandato unificado de 1 (um) ano;
- (iii) a Companhia Fechada deverá disponibilizar informações sobre contratos com partes relacionadas, acordos de acionistas, programas de opção de aquisição de ações e outros valores mobiliários de emissão da Companhia Fechada, se houver;
- (iv) a Companhia Fechada deverá ter adesão à câmara de arbitragem para resolução de conflitos societários;
- (v) na hipótese de abertura de capital, mediante realização de distribuição pública de ações e/ou distribuição pública de debêntures e/ou distribuição pública de bônus de subscrição, a Companhia Fechada deverá obrigar-se perante o Fundo, por meio de disposição contida em seus documentos societários e/ou acordos de acionistas, a aderir a segmento especial de bolsa de valores ou de entidade mantenedora de mercado de balcão organizado que assegure, no mínimo, os níveis diferenciados de práticas de governança corporativa de que tratam o presente parágrafo; e
- (vi) a Companhia Fechada deverá ter demonstrações financeiras auditadas anualmente por auditores independentes registrados na CVM.

Os investimentos do Fundo nos Valores Mobiliários deverão sempre propiciar a participação do Fundo na administração da Companhia Investida, com efetiva influência do Fundo, de forma direta e/ou indireta, na definição de sua política estratégica e na sua gestão, inclusive, mas não se limitando, por meio da: (i) indicação pelo Fundo de membros do conselho de administração ou da diretoria da Companhia Investida; (ii) titularidade

de Valores Mobiliários que integrem o bloco de controle da Companhia Investida; e/ou (iii) participação em acordo de acionistas da Companhia Investida; e/ou (iv) celebração de instrumento de natureza diversa ou adoção de qualquer procedimento com esse objetivo.

#### *4.6.1. Formação e composição da Carteira*

A Carteira será composta por:

- (i) preponderantemente, Valores Mobiliários de emissão das Companhias Investidas; e
- (ii) Outros Ativos.

Na formação, manutenção e desinvestimento da Carteira, além da prévia aprovação pelos Quotistas nos termos do Regulamento, será observado o seguinte:

- (i) sem prejuízo do disposto no inciso (vi) abaixo, os recursos em moeda corrente nacional que venham a ser aportados no Fundo, mediante a integralização de Quotas no âmbito de cada Chamada de Capital, deverão ser utilizados para a aquisição de Valores Mobiliários de emissão de uma ou mais Companhias Investidas dentro do prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados da data em que seja realizada a primeira integralização de Quotas no âmbito de cada Chamada de Capital;
- (ii) os Valores Mobiliários de emissão de Companhias Alvo que sejam entregues ao Fundo como forma de pagamento do Preço de Emissão, na forma descrita neste Prospecto e no Regulamento, deverão ser incorporados a Carteira;
- (iii) até que os investimentos do Fundo nos Valores Mobiliários sejam realizados, quaisquer valores que venham a ser aportados no Fundo, em decorrência da integralização de Quotas, serão aplicados em Outros Ativos e/ou mantidos em caixa, em moeda corrente nacional, a critério do Gestor, no melhor interesse do Fundo e dos Quotistas;
- (iv) durante os períodos que compreendam o recebimento, pelo Fundo, de rendimentos e outras remunerações referentes aos investimentos do Fundo nos Valores Mobiliários e Outros Ativos e a data de distribuição de tais rendimentos e outras remunerações aos Quotistas, a título de pagamento de amortização e/ou ao Administrador e ao Gestor, a título de pagamento de Taxa de Administração, tais recursos deverão ser mantidos aplicados em Outros Ativos e/ou mantidos em caixa, em moeda corrente nacional, a critério do Gestor, no melhor interesse do Fundo e dos Quotistas;
- (v) os períodos que compreendam o recebimento, pelo Fundo, de rendimentos e outras remunerações referentes aos investimentos do Fundo nos Valores Mobiliários e Outros Ativos e a data de distribuição de tais rendimentos e outras remunerações aos Quotistas, a título de pagamento de

amortização, não poderão ser superiores a 45 (quarenta e cinco) dias, observado que o Gestor terá a faculdade descrita no item (vi) abaixo por prazo indeterminado; e

- (vi) o Gestor poderá manter parcela correspondente a até 5% (cinco por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo aplicado exclusivamente em Outros Ativos, desde que tais recursos estejam diretamente vinculados a pagamentos de despesas e outros encargos do Fundo, nos termos da regulamentação e do Regulamento.

Caso investimentos do Fundo nas Companhias Investidas não sejam realizados dentro do prazo previsto no item (i) acima, o Administrador convocará, mediante solicitação do Gestor, Assembléia Geral de Quotistas para deliberar sobre: (a) a prorrogação do prazo referido no item (i) acima; ou (b) a restituição dos valores já aportados no Fundo mediante a integralização de Quotas pelos Quotistas e que sejam referentes aos investimentos em Valores Mobiliários originalmente programados e que não tenham se concretizado por qualquer razão fora do controle do Administrador e/ou do Gestor e/ou das outras partes envolvidas no investimento do Fundo.

Os dividendos, juros sobre capital próprio, bonificações e quaisquer outras remunerações que venham a ser distribuídas em benefício do Fundo, por conta de seus investimentos nos Valores Mobiliários e/ou em Outros Ativos, serão incorporados ao Patrimônio Líquido do Fundo e serão considerados para fins de pagamento de parcelas de amortização aos Quotistas e/ou Taxa de Administração, e/ou, ainda, encargos do Fundo.

O Fundo poderá operar no mercado de derivativos exclusivamente para fins de proteção patrimonial.

#### **4.7. Período de Investimento para a Formação da Carteira**

O Fundo terá um Período de Investimento em Valores Mobiliários, que se iniciará na Data de Encerramento para Subscrição da Primeira Emissão e se estenderá por até 5 (cinco) anos. Durante o Período de Investimento, o Fundo realizará investimento exclusivamente nas Companhias Alvo e/ou nas Companhias Investidas que atendam aos critérios descritos no Regulamento, mediante decisão e orientação da Assembléia Geral de Quotistas.

Os recursos utilizados pelo Fundo para a realização de investimento serão aportados pelos Quotistas, mediante subscrição e integralização das Quotas, conforme descrito no Regulamento e neste Prospecto.

##### ***4.7.1. Novos aportes de recursos***

Investimentos em Companhias Alvo e/ou em Companhias Investidas poderão ser realizados excepcionalmente fora do Período de Investimento, mediante prévia aprovação pela Assembléia Geral de Quotistas, sempre objetivando os melhores interesses do Fundo, nos casos:

- (i) de investimentos relativos a obrigações assumidas pelo Fundo e aprovadas pelo Gestor e/ou pela Assembléia Geral de Quotistas antes do término do Período de Investimentos e ainda não concluídos definitivamente; ou
- (ii) de investimentos nas Companhias Investidas ou em suas subsidiárias.

Sem prejuízo do disposto no disposto acima, no 1º (primeiro) dia útil seguinte ao término do Período de Investimento, será iniciado o Período de Desinvestimento, no qual o Gestor interromperá todo e qualquer investimento do Fundo em Companhias Alvo e/ou nas Companhias Investidas e dará início a um processo de desinvestimento total do Fundo, mediante estudos, análises e estratégias de desinvestimento que, conforme a conveniência e oportunidade, e sempre no melhor interesse do Fundo, propiciem aos Quotistas o melhor retorno possível, devendo tal processo ser: (i) aprovado previamente à respectiva execução, pela Assembléia Geral de Quotistas, observado o quorum de deliberação de previsto no Regulamento; e (ii) concluído até a data de liquidação do Fundo.

Na hipótese de a Assembléia Geral de Quotistas e/ou o Gestor entender necessária a aprovação de novas emissões de Quotas, após a Data de Encerramento para Subscrição de cada Emissão, para a realização de novos investimentos do Fundo em Companhias Alvo ou nas Companhias Investidas, ou para o eventual pagamento de despesas e encargos do Fundo, será convocada Assembléia Geral de Quotistas para aprovação da referida matéria, observado o quorum de deliberação disposto no Regulamento.

#### **4.8. Características, direitos, emissão, subscrição, integralização e amortização das Quotas**

##### *4.8.1. Características das Quotas e direitos patrimoniais*

As Quotas correspondem a frações ideais do Patrimônio Líquido e são de uma única classe.

Todas as Quotas terão forma nominativa, serão escriturais, mantidas em conta de depósito em nome de seus titulares pelo Custodiante, contratado pelo Administrador.

Todas as Quotas farão jus a pagamentos de amortização em iguais condições, observado o disposto no Regulamento e neste Prospecto.

##### *4.8.2. Patrimônio do Fundo*

O Patrimônio será formado por Quotas de uma única classe, sendo que, observado o valor mínimo de investimento mencionado no item 2.1.8. acima, não existirá quantidade mínima de Quotas a serem subscritas no âmbito de cada Emissão.

#### *4.8.3. Valor das Quotas*

As Quotas terão seu valor calculado diariamente, sendo tal valor o correspondente à divisão do Patrimônio Líquido pelo número de Quotas emitidas e em circulação, na data de apuração do valor das Quotas.

#### *4.8.4. Direito de voto*

Todas as Quotas terão direito de voto nas Assembléias Gerais de Quotistas, correspondendo cada Quota a um voto nas Assembléias Gerais de Quotistas.

#### *4.8.5. Condições de emissão e subscrição das Quotas*

Cada emissão de Quotas será objeto de registro de distribuição pública na CVM, nos termos da regulamentação aplicável.

As Quotas serão subscritas pelos Quotistas até a Data de Encerramento para Subscrição de cada Emissão e serão integralizadas de acordo com as Chamadas de Capital que venham a ser apresentadas aos Quotistas, nos termos do Regulamento e deste Prospecto.

Emissões de Novas Quotas somente poderão ser realizadas mediante prévia aprovação da Assembléia Geral de Quotistas, observado o quorum disposto no Regulamento.

Na hipótese de Emissão de novas Quotas, o preço de emissão e as demais características serão determinados pela Assembléia Geral de Quotistas que aprovar a emissão de referidas Novas Quotas.

No ato de subscrição das Quotas, o subscritor: (i) assinará o boletim individual de subscrição, que será autenticado pelo Administrador; (ii) se comprometerá, de forma irrevogável e irretratável, a integralizar determinada quantidade de Quotas por ele subscritas, nos termos do Compromisso de Investimento, que será assinado por cada investidor na data da subscrição de suas Quotas; e (iii) receberá exemplar atualizado do Regulamento e deste Prospecto, quando deverá declarar, por meio da assinatura de Termo de Adesão, que está ciente das disposições contidas no Compromisso de Investimento, no Regulamento e neste Prospecto, nos termos da regulamentação aplicável.

As Quotas que não forem subscritas até a Data de Encerramento para Subscrição de cada emissão serão canceladas pelo Administrador.

#### *4.8.6. Direito de preferência para novas Emissões*

Os Quotistas terão direito de preferência para subscrever e integralizar Novas Quotas na proporção da participação de cada um na composição do Patrimônio Líquido.



#### *4.8.7. Integralização das Quotas*

As Quotas serão integralizadas pelo Preço de Emissão, conforme solicitação que venha a ser realizada pelo Administrador, a pedido do Gestor, aos Quotistas, de acordo com os procedimentos descritos abaixo, observado, ainda, o disposto em cada Compromisso de Investimento firmado com os Quotistas.

Na medida em que o Gestor: (i) identifique necessidade de investimento em Companhias Alvo e/ou nas Companhias Investidas; ou (ii) identifique necessidade de recebimento de aportes adicionais de recursos para pagamento de despesas e encargos, o Gestor solicitará ao Administrador que comunique os Quotistas de tal necessidade, solicitando o aporte de recursos no Fundo, mediante a integralização parcial ou total das Quotas que tenham sido subscritas por cada um dos Quotistas nos termos dos Compromissos de Investimento celebrados com o Fundo.

Ao receberem a Chamada de Capital, os Quotistas serão obrigados a integralizar parte ou a totalidade de suas Quotas, conforme solicitado pelo Administrador (mediante orientação e informações fornecidas pelo Gestor) e de acordo com o disposto nos respectivos Compromissos de Investimento.

O pagamento do Preço de Emissão deverá ser realizado: (i) em moeda corrente nacional, por meio de ordem de pagamento, débito em conta corrente, documento de ordem de crédito, ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central do Brasil, inclusive por meio de operação específica lançada no módulo de distribuição de ativos – MDA, administrado e operacionalizado pela CETIP; ou (ii) mediante a entrega de Valores Mobiliários de emissão de Companhias Alvo, os quais serão avaliados pelo respectivo custo de aquisição, nos termos do Regulamento.

O procedimento disposto nos parágrafos acima será repetido para cada Chamada de Capital do Fundo, até que 100% (cem por cento) das Quotas de cada Emissão subscritas pelos Quotistas, conforme o caso, tenham sido integralizadas. Na hipótese de os Quotistas aprovarem, em Assembléia Geral de Quotistas com observância o quorum previsto no Regulamento, a liquidação antecipada do Fundo sem que tenham sido integralizadas 100% (cem por cento) das Quotas subscritas na última Emissão, o Administrador cancelará as Quotas subscritas e não integralizadas.

Os Quotistas, ao subscreverem Quotas e assinarem os Compromissos de Investimento, comprometer-se-ão a cumprir com o disposto neste item e com os respectivos Compromissos de Investimento, responsabilizando-se por quaisquer perdas e danos que venham a causar ao Fundo na hipótese de não cumprimento de suas obrigações nos termos deste item e dos respectivos Compromissos de Investimento, estando também sujeitos ao disposto no Regulamento e neste Prospecto.

A integralização das Quotas deverá ser realizada no prazo máximo de 50 (cinquenta) meses contados da data de registro de cada Emissão na CVM, nos termos da regulamentação aplicável.

#### *4.8.8. Negociação das Quotas e direito de preferência para compra e venda*

As Quotas do Fundo serão admitidas à negociação no Módulo de Fundos SF – , administrado e operacionalizado pela CETIP.

Caberá ao intermediário, no caso de operações de aquisição de Quotas nesses mercados, assegurar a condição de investidor qualificado do adquirente de Quotas. Em se tratando de negociação privada, o Administrador será responsável por comprovar a qualificação do investidor que estiver adquirindo Quotas do Fundo, de forma a cumprir com o disposto na Cláusula Dois do Regulamento.

Todo Quotista que ingressar no Fundo por meio de operação de compra e venda de Quotas deverá cumprir com os requisitos descritos no item 7.4.3. do Regulamento, sob pena de nulidade da operação de compra e venda de Quotas em questão.

O Quotista somente poderá alienar Quotas de sua titularidade a terceiros e/ou a outros Quotistas na hipótese de tais Quotas encontrarem-se inteiramente integralizadas e em observância dos termos e condições do Regulamento.

Caso um Quotista venha a alienar suas Quotas a terceiros e/ou a outros Quotistas sem observância do disposto neste Prospecto e no Regulamento e sem comprovação, pelo Administrador, no caso de negociações privadas de Quotas, ou, pelo intermediário, no caso de negociações de Quotas em mercado de bolsa ou de balcão organizado, de que o novo Quotista qualifica-se para ser investidor do Fundo nos termos da Cláusula Dois do Regulamento, tal operação será nula e não surtirá quaisquer efeitos.

#### **4.9. Condições de Amortização e Resgate das Quotas**

O Administrador promoverá amortizações parciais e/ou total das Quotas, a qualquer momento durante o prazo de duração do Fundo, inclusive durante o Período de Investimento, mediante solicitação prévia e por escrito do Gestor, na medida em que o valor de ganhos e rendimentos do Fundo, em função de seus investimentos nos Valores Mobiliários e Outros Ativos, sejam suficientes para o pagamento do valor de todas as exigibilidades e provisões do Fundo.

Sem prejuízo do disposto acima, as amortizações parciais e/ou total das Quotas deverão ocorrer mediante estrita observância dos prazos estabelecidos neste Prospecto.

Quaisquer distribuições a título de amortização de Quotas deverão abranger todas as Quotas, em benefício de todos os Quotistas, ressalvada a hipótese de inadimplemento por parte do Quotista, nos termos do item “Inadimplência dos Quotistas” abaixo.

Para fins de amortização de Quotas, será considerado o valor da Quota no dia do pagamento da respectiva

parcela de amortização. O valor da Quota, para fins de pagamento de amortização, será aquele correspondente ao valor do Patrimônio Líquido dividido pelo número de Quotas emitidas em circulação na data do pagamento da amortização.

Quando a data estipulada para qualquer pagamento de amortização aos Quotistas cair em dia não útil na praça em que é sediado o Administrador, tal pagamento será efetuado no primeiro dia útil seguinte, pelo valor da Quota em vigor no dia do pagamento. Quando a data estipulada para qualquer pagamento de amortização aos Quotistas cair em dia não útil na praça em que é sediada a instituição financeira na qual o Quotista mantém conta corrente e/ou de investimento na qual serão depositados os valores referentes a pagamentos de amortizações de suas Quotas, o pagamento será efetuado no primeiro dia útil seguinte, pelo valor da Quota original que seria atribuído ao Quotista, sem adição de qualquer remuneração ou ajuste. Nos casos de pagamentos realizados por meio da CETIP, serão considerados “dias não úteis”, para os fins deste parágrafo, apenas os dias que coincidirem com um sábado, domingo ou feriado nacional.

Os pagamentos de amortização das Quotas serão realizados em moeda corrente nacional, por meio de ordem de pagamento, crédito em conta corrente, documento de ordem de crédito, ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central do Brasil.

Ao final do prazo de duração do Fundo, e/ou quando da liquidação antecipada do Fundo, todas as Quotas deverão ter seu valor amortizado integralmente em moeda corrente nacional. Não havendo recursos em moeda corrente nacional suficientes para realizar o pagamento da amortização total das Quotas em circulação à época da liquidação do Fundo, deverá ser adotado o seguinte procedimento:

- (i) o Administrador convocará uma Assembléia Geral de Quotistas, a qual deverá: (a) decidir se pretende prorrogar o período de duração do Fundo, para que o Gestor tenha período adicional para liquidar os Valores Mobiliários e os Outros Ativos integrantes da Carteira e, num segundo momento, liquidar o Fundo mediante a amortização de Quotas em moeda corrente nacional; ou (b) deliberar sobre procedimentos de dação em pagamento dos Valores Mobiliários e Outros Ativos do Fundo para fins de amortização total das Quotas ainda em circulação;
- (ii) na hipótese da Assembléia Geral de Quotistas referida acima deliberar não prorrogar o prazo de duração do Fundo e não chegar a acordo comum referente aos procedimentos de dação em pagamento dos Valores Mobiliários e Outros Ativos, tais Valores Mobiliários e Outros Ativos serão dados em pagamento aos Quotistas, mediante a constituição de um condomínio, cuja fração ideal de cada Quotista será calculada de acordo com a proporção de Quotas detida por cada Quotista sobre o valor total das Quotas em circulação à época, sendo que, após a constituição do referido condomínio, o Administrador e o Gestor estarão desobrigados em relação às responsabilidades estabelecidas no Regulamento, ficando o Administrador autorizado a liquidar o Fundo perante as autoridades competentes;

- (iii) na hipótese descrita no inciso acima, o Administrador deverá notificar os Quotistas, para que os mesmos elejam um administrador para o referido condomínio de Valores Mobiliários e Outros Ativos, na forma do Artigo 1.323 do Código Civil Brasileiro, informando a proporção de Valores Mobiliários e Outros Ativos a que cada Quotista fará jus, sem que isso represente qualquer responsabilidade do Administrador perante os Quotistas após a constituição do condomínio de que trata o item acima; e
- (iv) caso os Quotistas não procedam à eleição do administrador do condomínio referido acima, essa função será exercida pelo Quotista que detenha a maioria das Quotas em circulação.

No caso do pagamento da amortização das Quotas por meio de dação em pagamento dos Valores Mobiliários e Outros Ativos, tal procedimento será realizado fora do ambiente da CETIP.

As Quotas somente serão resgatadas na data de liquidação do Fundo.

#### **4.10. Demonstrações Financeiras e Avaliação do Patrimônio Líquido**

O Fundo terá escrituração contábil própria, devendo as aplicações, as contas e as demonstrações contábeis do Fundo ser segregadas daquelas do Administrador, bem como do Custodiante do Fundo.

O Fundo está sujeito às normas de escrituração, elaboração, remessa e publicidade de demonstrações contábeis determinadas pela CVM, conforme descrito no item 4.15 deste Prospecto.

O exercício social do Fundo será do ano civil, com encerramento em 31 de dezembro de cada ano.

As demonstrações contábeis do Fundo, elaboradas ao final de cada exercício social, deverão ser auditadas por auditor independente registrado na CVM.

O valor do Patrimônio Líquido será calculado diariamente considerando os critérios estabelecidos abaixo.

No cálculo do valor da Carteira, os ativos integrantes da Carteira devem ser avaliados de acordo com os critérios contábeis correntes aplicáveis ao Fundo e descritos no Regulamento. Inicialmente, os ativos integrantes da Carteira serão avaliados pelos preços transacionados no mercado, nos casos de ativos líquidos ou, quando preços de mercado não puderem ser aferidos, de acordo com os seguintes critérios:

- (i) Outros Ativos de renda fixa serão avaliados pelo valor de seu principal atualizado pelas respectivas remunerações, calculadas *pro rata temporis*, e deduzidas eventuais provisões de crédito; e
- (ii) Valores Mobiliários serão avaliados pelo seu custo de aquisição.

Os Valores Mobiliários e os Outros Ativos que, na data de liquidação do Fundo, não tiverem sido alienados ou resgatados integralmente, nos respectivos prazos contratuais e/ou de vencimento, serão considerados, para

efeito de cálculo do Patrimônio Líquido naquela data, como sem nenhum valor.

O Administrador, mediante decisão da Assembléia Geral de Quotistas e de acordo com a orientação fixada pela mesma, poderá constituir reservas de caixa ou contas de depósito em garantia para fins de proteção do Fundo em função de dívidas e/ou despesas que possam ser incorridas pelo mesmo em função dos Valores Mobiliários e Outros Ativos de liquidação duvidosa que compõem a Carteira.

As Demonstrações Financeiras auditadas do Fundo, contendo as informações dos 2 (dois) últimos exercícios, desde a constituição do Fundo, encontra-se no Anexo I ao Prospecto. As Informações Trimestrais do trimestre encerrado em 31 de março de 2010, elaboradas pelo Administrador, encontram-se no Anexo II a este Prospecto. Não há eventos subseqüentes relevantes que não tenham sido mencionados nas referidas Demonstrações Financeiras e Informações Trimestrais.

#### **4.11. Inadimplência dos Quotistas**

Caso algum Quotista deixe de cumprir, total ou parcialmente, sua obrigação de aportar recursos no Fundo, mediante integralização de Quotas por ele subscritas, conforme estabelecido no respectivo Compromisso de Investimento: (i) o Quotista Inadimplente será responsável por quaisquer perdas e danos que venha a causar ao Fundo; e (ii) o Quotista Inadimplente terá seus direitos políticos e patrimoniais suspensos (voto em Assembléias Gerais, pagamento de amortização em igualdade de condições com os demais Quotistas, assim como direito de preferência para a aquisição de Quotas e/ou Novas Quotas) até que as suas obrigações tenham sido cumpridas, ou até a data de liquidação do Fundo, o que ocorrer primeiro. Caso o Quotista Inadimplente venha a cumprir com suas obrigações após a suspensão de seus direitos, conforme indicado acima, e desde que o Administrador não tenha tomado as providências referidas no Regulamento e neste item, tal Quotista Inadimplente passará a ser novamente elegível: (i) ao recebimento de ganhos e rendimentos do Fundo, a título de amortização de suas Quotas; (ii) ao exercício de seus direitos políticos; e (iii) ao exercício de seu direito de preferência para a aquisição de Quotas e/ou Novas Quotas, conforme previsto no Regulamento.

Se o Administrador realizar amortização ou resgate (nessa última hipótese, no caso de liquidação do Fundo) de Quotas aos Quotistas em período em que um Quotista esteja classificado como Quotista Inadimplente, os valores referentes à amortização ou ao resgate devidos ao Quotista Inadimplente serão utilizados pelo Administrador para o pagamento dos débitos do Quotista Inadimplente perante o Fundo. Eventuais saldos existentes, após a dedução de que trata este parágrafo, serão entregues ao Quotista Inadimplente, a título de amortização ou resgate de suas Quotas.

Independentemente do disposto no parágrafo acima, o Administrador poderá alienar as Quotas de titularidade de qualquer Quotista Inadimplente, de acordo com o disposto no respectivo Compromisso de Investimento, caso este não cumpra com suas obrigações previstas no respectivo Compromisso de Investimento, dentro do prazo de 10 (dez) dias contados de notificação por escrito a ser encaminhada pelo Administrador ao Quotista Inadimplente, com cópia ao Gestor.

As Quotas de titularidade do Quotista Inadimplente que venham a ser alienadas pelo Administrador serão primeiramente ofertadas aos demais Quotistas, os quais terão direito de preferência para adquiri-las na proporção de seus investimentos no Fundo, observado o disposto no item acima e o valor mínimo correspondente ao valor de aquisição de tais Quotas.

O produto da alienação das Quotas do Quotista Inadimplente lhe será entregue logo depois de deduzido o débito do mesmo para com o Fundo, nos termos do Compromisso de Investimento celebrado entre o Quotista Inadimplente e o Fundo.

#### **4.12. Liquidação do Fundo e de seus investimentos**

A liquidação programada do Fundo será realizada de acordo com um dos procedimentos descritos a seguir, conforme aprovados pelos Quotistas reunidos em Assembléia Geral, sempre levando em consideração a opção que possa gerar, na avaliação dos Quotistas, sob orientação do Gestor, maior resultado para os Quotistas:

- (i) venda dos Valores Mobiliários e dos Outros Ativos em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado, para aqueles Valores Mobiliários e para aqueles Outros Ativos admitidos à negociação em tais mercados;
- (ii) venda, por meio de transações privadas, dos Valores Mobiliários e Outros Ativos integrantes da Carteira que não sejam admitidos à negociação em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado; ou
- (iii) na impossibilidade dos eventos descritos acima, entrega dos Valores Mobiliários e/ou dos Outros Ativos aos Quotistas, mediante observância do disposto no Regulamento e do item “Condições de Amortização e Resgate das Quotas” deste Prospecto.

Em qualquer caso, a liquidação de investimentos do Fundo será realizada com observância das normas operacionais estabelecidas pela CVM aplicáveis ao Fundo.

Após a divisão do patrimônio do Fundo entre os Quotistas, o Administrador promoverá o encerramento do Fundo, informando tal fato à CVM, no prazo estabelecido na regulamentação e lhe encaminhando a documentação exigida, assim como praticará todos os atos necessários ao encerramento das atividades do Fundo perante quaisquer autoridades.

O Fundo poderá ser liquidado antes de seu prazo de duração na ocorrência das seguintes situações:

- (i) caso todos os Valores Mobiliários tenham sido alienados antes do prazo de encerramento do Fundo; e/ou

- (ii) mediante deliberação da Assembléia Geral de Quotistas, observado o quorum de deliberação de que trata a Cláusula Nove do Regulamento.

#### **4.13. Assembléia Geral de Quotistas**

As matérias de competência da Assembléia Geral de Quotistas, bem como o quorum de instalação e de aprovação das Assembléias Gerais de Quotistas para cada uma dessas matérias, encontram-se definidos na Cláusula Nove do Regulamento.

#### **4.14. Partes Relacionadas ao Administrador e situações de conflitos de interesses**

Salvo aprovação de Quotistas reunidos em Assembléia Geral de Quotistas será vedado ao Fundo adquirir Valores Mobiliários de emissão de Companhias Alvo e/ou de Companhias Investidas nas quais participem:

- (i) o Administrador, o Gestor e/ou Quotistas titulares de Quotas representativas de 5% (cinco por cento) do total das Quotas emitidas pelo Fundo, seus sócios e respectivos cônjuges, individualmente ou em conjunto, com percentual superior a 10% (dez por cento) do capital social votante ou total;
- (ii) quaisquer das pessoas mencionadas no inciso (i) anterior que:
  - (a) estejam envolvidas, direta ou indiretamente, na estruturação financeira da operação de emissão de Valores Mobiliários a serem adquiridos pelo Fundo, inclusive na condição de agente de colocação, coordenação ou garantidor da emissão; ou
  - (b) façam parte de conselhos de administração, consultivo ou fiscal da companhia emissora dos Valores Mobiliários a serem subscritos pelo Fundo, antes da realização do primeiro investimento do Fundo na respectiva companhia.

Sem prejuízo do disposto no parágrafo acima, qualquer transação: (i) entre o Fundo e Partes Relacionadas do Administrador; ou (ii) entre o Fundo e qualquer entidade administrada pelo Administrador ou pelo Gestor (carteira de investimentos ou fundo de investimento); ou (iii) entre Partes Relacionadas do Administrador e as Companhias Investidas; ou (iv) entre o Fundo e as pessoas referidas no item (i) acima será considerada uma hipótese de potencial conflito de interesses e deverá ser levada ao conhecimento e aprovação da Assembléia Geral de Quotistas, observado o quorum de deliberação disposto no Regulamento.

#### **4.15. Política de Divulgação de Informações Relativas ao Fundo**

O Administrador deverá divulgar a todos os Quotistas e à CVM, qualquer ato ou fato relevante atinente ao Fundo, desde que não sejam informações sigilosas referentes às Companhias Alvo e às Companhias Investidas

que tenham sido obtidas pelo Administrador sob compromisso de confidencialidade e/ou em razão de suas funções regulares enquanto membro ou participante dos órgãos de administração ou consultivos de qualquer Companhia Investida.

A divulgação de informações de que trata o parágrafo acima será feita no jornal Diário Mercantil do Rio de Janeiro, jornal utilizado para veicular as informações relativas ao Fundo, devendo todos os documentos e informações correspondentes ser remetidos à CVM na mesma data de sua divulgação. Tal divulgação será feita sempre no mesmo periódico e qualquer alteração deverá ser precedida de aviso aos Quotistas.

O Administrador deverá remeter aos Quotistas e à CVM:

(i) trimestralmente, no prazo de 15 (quinze) dias após o encerramento do trimestre civil a que se referirem as seguintes informações:

- (a) valor do Patrimônio Líquido do Fundo; e
- (b) número de Quotas emitidas.

(ii) semestralmente, no prazo de 60 (sessenta) dias após o encerramento desse período, as seguintes informações:

- (a) a composição da Carteira, discriminando quantidade e espécie dos Valores Mobiliários que a integram;
- (b) demonstrações contábeis do Fundo acompanhadas da declaração que tais demonstrações foram elaboradas em consonância com o disposto no Regulamento e na regulamentação;
- (c) os encargos debitados ao Fundo, devendo ser especificado seu valor; e
- (d) a relação das instituições encarregadas da prestação dos serviços de custódia dos Valores Mobiliários integrantes da Carteira.

(iii) anualmente, no prazo de 90 (noventa) dias após o encerramento do exercício social, as seguintes informações:

- (a) as demonstrações contábeis do exercício acompanhadas de parecer do auditor independente;
- (b) o valor patrimonial da Quota na data do fechamento do balanço e sua rentabilidade no período;  
e
- (c) os encargos debitados ao Fundo, devendo ser especificado o seu valor e o percentual em relação ao Patrimônio Líquido médio anual.

As informações prestadas pelo Administrador ou qualquer material de divulgação do Fundo não poderão estar em desacordo com este Prospecto, com o Regulamento ou com relatórios protocolados na CVM.



O Administrador deverá enviar simultaneamente à CVM exemplares de quaisquer comunicações relativas ao Fundo divulgadas para Quotistas ou terceiros.

O Administrador deve remeter à CVM, através do Sistema de Envio de Documentos disponível na página da CVM na rede mundial de computadores (CVMWeb), as informações previstas neste item, conforme modelos disponíveis na referida página, observados os prazos estabelecidos no Regulamento, neste Prospecto, bem como na regulamentação aplicável.

#### **4.16. Taxa de Administração e encargos do Fundo**

##### *4.16.1. Taxa de Administração*

Pela administração e gestão do Fundo, será devida uma Taxa de Administração equivalente ao percentual de 1% (um por cento) ao ano, calculado sobre o valor do Patrimônio Líquido, apurado no último dia útil de cada mês, de acordo com o disposto na Cláusula Quinze do Regulamento, sendo que a Taxa de Administração contemplará a Remuneração do Administrador e a Remuneração do Gestor, que serão calculadas e pagas de acordo com o Regulamento.

##### *4.16.1.1. Remuneração do Administrador*

A Remuneração do Administrador corresponderá a parcelas fixas de R\$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais), anuais e sucessivas, a serem reajustadas pela variação do IGP-M, sendo que o pagamento da primeira parcela deverá ser efetuado na data em que ocorrer a primeira integralização de Quotas da primeira emissão do Fundo, e as demais no mesmo dia dos anos seguintes ou no primeiro dia útil subsequente, quando for o caso.

##### *4.16.1.2. Remuneração do Gestor*

A Remuneração do Gestor corresponderá à diferença apurada entre o percentual de 1% (um por cento) ao ano a que se refere o item 15.1 acima, calculado sobre o valor do Patrimônio Líquido do Fundo, apurado no último dia útil de cada mês, de acordo com o disposto na Cláusula Doze deste Regulamento, e a Remuneração do Administrador, calculada de acordo com os termos do item 15.1.1 acima, observado que a Remuneração do Gestor não ultrapassará o valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais) por mês. A Remuneração do Gestor será provisionada diariamente e será paga ao Gestor anualmente, na mesma data em que for realizado o pagamento da Remuneração do Administrador.

Na hipótese em que o valor resultante do cálculo da Taxa de Administração, conforme indicada no item 15.1, for igual ao valor correspondente à Remuneração do Administrador prevista no item 15.1.2, a Remuneração do Administrador será equivalente à integralidade do valor resultante do cálculo da Taxa de Administração e a Remuneração do Gestor não será devida.

#### *4.16.2. Outros Encargos*

Constituirão encargos do Fundo, além da Taxa de Administração, as seguintes despesas:

- (i) emolumentos e comissões pagos por operações de compra e venda de Valores Mobiliários e Outros Ativos integrantes da Carteira;
- (ii) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais e municipais que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo;
- (iii) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e periódicos, previstas no Regulamento e na regulamentação em vigor;
- (iv) despesas com correspondência do interesse do Fundo, inclusive comunicações aos Quotistas;
- (v) honorários e despesas dos auditores encarregados da auditoria anual das demonstrações contábeis do Fundo;
- (vi) honorários de advogados, custas e despesas correlatas incorridas em razão de defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, imputada ao Fundo, se for o caso;
- (vii) parcela de prejuízos eventuais não coberta por apólices de seguro e não decorrentes de culpa ou negligência do Administrador no exercício de suas funções;
- (viii) prêmios de seguro, bem como quaisquer despesas relativas à transferência de recursos do Fundo entre bancos;
- (ix) quaisquer despesas, sem limitação de valor, desde que inerentes à constituição, fusão, incorporação, cisão ou liquidação do Fundo e à realização de Assembléia Geral de Quotistas;
- (x) taxa de custódia dos Valores Mobiliários e Outros Ativos integrantes da Carteira; e
- (xi) despesas sem limitação de valor, desde que inerentes à contratação de terceiros para prestar serviços legais, fiscais, contábeis e de consultoria especializada.

Quaisquer despesas não previstas como encargos do Fundo correrão por conta do Administrador, salvo decisão contrária da Assembléia Geral de Quotistas, observado o quorum de deliberação previsto no Regulamento.

Caso o Gestor ou o Administrador incorram em qualquer das despesas listadas acima e atribuíveis

exclusivamente às atividades e investimentos do Fundo, o Fundo deverá reembolsá-los no prazo de 5 (cinco) dias contados da apresentação do respectivo comprovante de pagamento ao Fundo.

O Administrador poderá estabelecer que parcelas da Taxa de Administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviços que eventualmente tenham sido subcontratados pelo Administrador, inclusive o Gestor, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da Taxa de Administração.

#### **4.17. Regras de tributação do Fundo e dos Quotistas do Fundo**

O disposto neste item foi elaborado com base na legislação brasileira em vigor na data deste Prospecto e tem por objetivo descrever genericamente o tratamento tributário aplicável aos Quotistas do Fundo e ao Fundo, assumindo, para esse fim, que a Carteira é composta por, no mínimo, 67% (sessenta e sete por cento) de Valores Mobiliários das Companhias Investidas, não listadas em bolsa de valores, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, e que o Fundo irá cumprir os limites de diversificação e as regras de investimento constantes da regulamentação estabelecida pela CVM. Existem algumas exceções e tributos adicionais que podem ser aplicados, motivo pelo qual os Quotistas do Fundo devem consultar seus assessores jurídicos com relação à tributação aplicável nos investimentos realizados no Fundo.

##### *4.17.1. Tributação aplicável aos Quotistas do Fundo*

###### IOF/Títulos

As operações com as Quotas do Fundo podem estar sujeitas à incidência do IOF/Títulos, cobrado à alíquota máxima de 1% (um por cento) ao dia, limitado a um percentual do rendimento da operação, em função do prazo, conforme a tabela regressiva anexa ao Decreto n.º 6.306, de 14 de dezembro de 2007, sendo este limite igual a 0% (zero por cento) do rendimento para as operações com prazo igual ou superior a 30 (trinta) dias.

Em qualquer caso, a alíquota do IOF/Títulos pode ser majorada a qualquer tempo, por ato do Poder Executivo, até o percentual de 1,50% (um inteiro e cinquenta centésimos por cento) ao dia.

###### IOF/Câmbio

Conversões de moeda estrangeira para a moeda brasileira, bem como de moeda brasileira para moeda estrangeira, porventura geradas no investimento em Quotas do Fundo, estão sujeitas ao IOF/Câmbio. Atualmente, a alíquota do IOF/Câmbio aplicável à maioria das operações de câmbio é de 0,38% (trinta e oito centésimos por cento). Contudo, as operações de câmbio realizadas por Quotistas 2.689, estão sujeitas ao IOF/Câmbio à alíquota de 2% (dois por cento) na entrada dos recursos no Brasil para investimento no Fundo e de 0% (zero por cento) na remessa desses recursos para o exterior. De toda forma, a alíquota do IOF/Câmbio pode ser majorada a qualquer tempo por ato do Poder Executivo, até o percentual de 25% (vinte e cinco por cento), relativamente a transações ocorridas após este eventual aumento.

## Imposto de Renda

O Imposto de Renda aplicável aos Quotistas do Fundo tomará por base (i) a residência dos Quotistas do Fundo: (a) no Brasil; ou (b) no exterior; e (ii) 3 (três) eventos financeiros que caracterizam o auferimento de rendimento e a sua conseqüente tributação: (a) a cessão ou alienação de Quotas do Fundo; (b) o resgate de Quotas do Fundo; ou (c) a amortização de Quotas do Fundo.

### I. Quotistas do Fundo residentes no Brasil

Os ganhos e rendimentos auferidos nas Quotas do Fundo serão tributados pelo Imposto de Renda, à alíquota de 15% (quinze por cento). Adicionalmente, sobre os ganhos em ambiente de bolsa, mercado de balcão organizado ou mercado de balcão não organizado com intermediação, haverá retenção do Imposto de Renda, à alíquota de 0,005% (cinco milésimos por cento).

### II. Quotistas 2.689

Aos Quotistas 2.689, é aplicável tratamento tributário específico determinado em função de residirem ou não em Paraíso Fiscal.

#### II.a. Quotistas 2.689 não residentes em Paraíso Fiscal

Os ganhos e rendimentos auferidos nas Quotas do Fundo serão tributados pelo Imposto de Renda à alíquota de 0% (zero por cento). Este tratamento tributário privilegiado não se aplica na hipótese de o respectivo Quotista deter, isoladamente ou em conjunto com pessoas a ele ligadas, 40% (quarenta por cento) ou mais da totalidade das Quotas do Fundo ou cujas Quotas lhe derem direito ao recebimento de rendimento superior a 40% (quarenta por cento) do total de rendimentos auferidos pelo Fundo, ou em caso do Fundo deter em sua Carteira, a qualquer tempo, títulos de dívida em percentual superior a 5% (cinco por cento) de seu patrimônio líquido (ressalvados desse limite, as debêntures conversíveis em ações, os bônus de subscrição e os títulos públicos). Nestes casos, os ganhos e rendimentos auferidos nas Quotas serão tributados pelo Imposto de Renda à alíquota máxima de 15% (quinze por cento), a depender da forma como for conduzida a operação.

#### II.b. Quotistas 2.689 residentes em Paraíso Fiscal

Os Quotistas 2.689 residentes em Paraíso Fiscal não se beneficiam do tratamento descrito no item II.a., sujeitando-se ao mesmo tratamento tributário quanto ao Imposto de Renda aplicável aos Quotistas do Fundo residentes no Brasil.

## CPMF

Até 31 de dezembro de 2007, em regra, as transações realizadas no Brasil que resultassem na transferência de fundos de uma conta mantida por uma instituição financeira brasileira estavam sujeitas à incidência da CPMF, à

alíquota de 0,38% (trinta e oito centésimos por cento). Entretanto, a partir de 1º de janeiro de 2008, a CPMF não mais vigora e não deve incidir sobre qualquer transferência de fundos realizada após essa data. Caso o governo brasileiro decida reintroduzir a cobrança da CPMF, apenas operações ocorridas após aprovada legislação correlata e expirado o prazo legal para sua aplicação serão oneradas por essa contribuição.

#### *4.17.2. Tributação Aplicável ao Fundo*

##### IOF/Títulos

As aplicações realizadas pelo Fundo estão sujeitas atualmente à incidência do IOF/Títulos à alíquota de 0% (zero por cento), sendo possível sua majoração a qualquer tempo, mediante ato do Poder Executivo, até o percentual de 1,50% (um inteiro e cinquenta por cento) ao dia.

##### Imposto de Renda

Os rendimentos e ganhos apurados nas operações da Carteira do Fundo são isentos do Imposto de Renda.

##### CPMF

Até 31 de dezembro de 2007, as operações realizadas por fundos de investimento, desde que relacionadas em Portaria emitida pelo Ministro da Fazenda, incluindo a movimentação da carteira e o pagamento realizado no resgate das respectivas quotas, estavam sujeitas à incidência de CPMF à alíquota de 0% (zero por cento).

No entanto, desde 1º de janeiro de 2008, a CPMF não mais vigora e não deve incidir sobre qualquer transferência de fundos realizada após essa data. O governo brasileiro pode propor o restabelecimento da CPMF mediante a apresentação de uma nova Proposta de Emenda Constitucional ao Congresso Nacional. Caso a CPMF seja restabelecida, somente será aplicável após decorrido um período de 90 (noventa) dias contados da promulgação da nova legislação.

#### **4.18. Atendimento aos Quotistas**

Para solicitar maiores informações sobre o Fundo, a Oferta e este Prospecto, os possíveis investidores e os Quotistas poderão entrar em contato com o Administrador no seguinte endereço:

##### **Planner Corretora de Valores S.A.**

At.: Artur Martins de Figueiredo

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.900, 10º andar, Itaim Bibi - São Paulo - SP

Tel.: (11) 2172-2600 / Fax.: (11) 3078-7264

Correio Eletrônico: [afigueiredo@plannercorretora.com.br](mailto:afigueiredo@plannercorretora.com.br)

Website: [www.planner.com.br](http://www.planner.com.br)

## 5. ANEXOS

## **ANEXO I AO PROSPECTO**

**Demonstrações Financeiras Auditadas do Exercício Social encerrado em 31.12.2008**

## **ANEXO II AO PROSPECTO**

**Demonstrações Financeiras Auditadas do Exercício Social encerrado em 31.12.2009**



## **ANEXO III AO PROSPECTO**

**Informações Trimestrais relativas ao trimestre encerrado em 31.03.2010**

## **ANEXO IV AO PROSPECTO**

**Cópia do Instrumento Particular de Constituição do Fundo e aprovação da Primeira Emissão**

## **ANEXO V AO PROSPECTO**

**Cópia do Instrumento Particular de Alteração do Regulamento do Fundo e retificação da Primeira Emissão**

## **ANEXO VI AO PROSPECTO**

**Cópia do Instrumento Particular de Segunda Alteração do Regulamento do Fundo e retificação da Primeira Emissão**

## **ANEXO VII AO PROSPECTO**

**Cópia da ata da Assembléia Geral de Quotistas do Fundo que aprovou o Regulamento em vigor na data deste Prospecto e a Segunda Emissão**

## **ANEXO VIII AO PROSPECTO**

**Declaração do Administrador, nos termos do artigo 56, da Instrução CVM n.º 400/03**